



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA  
PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO  
ESTADO RECTIFICATIVO PARA 2008**

**PARLAMENTO NACIONAL**

**18 DE JULHO DE 2008**

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados

Distintos Membros do Governo

Senhoras e Senhores,

O Orçamento Geral do Estado Rectificativo para 2008 simboliza o compromisso do Governo da AMP em avançar com o processo de desenvolvimento do País.

Com o Orçamento Rectificativo, hoje em debate, estamos a preparar o futuro da Nação. E o futuro, Distintos Deputados, passa obrigatoriamente pela **estabilidade e pelo desenvolvimento nacional**.

Foi este o mandato que o Povo nos concedeu: redefinir o caminho do País, como uma oportunidade única de transformar Timor-Leste numa comunidade estável, solidária e desenvolvida. Foi a vontade de mudança e de um projecto político reformador que nos deu posse - é a vontade dos timorenses que nos dá alento.

É por isso que este Orçamento Rectificativo, apesar de todas as críticas, é um Orçamento que repõe a precisão das contas públicas. Rectificar significa alinhar. As circunstâncias mudaram, a própria conjuntura internacional mudou, e, por isso, é necessário ter a coragem de adaptar, sem receios, o orçamento à nova realidade que Timor-Leste enfrenta, que é deveras exigente, e por isso esta adaptação não pode ser concebida sem um orçamento arrojado.

Este Governo tem a vantagem de ter aprendido a lição com os erros dos Governos anteriores e isto significa que não podemos cruzar os braços quando são a Paz e a Estabilidade Nacional que estão em jogo. Isto significa que o Governo tem que estar sempre atento para detectar todos os problemas que ameaçam o desenvolvimento nacional e actuar imediatamente e, significa também, que o Governo não pode descurar qualquer oportunidade de crescimento que surja, mesmo que seja no meio do ano financeiro em curso.

- **Foram alcançados progressos nas prioridades definidas para 2008?** Vamos redefinir novas prioridades, para melhorar as condições de vida de mais timorenses, já durante este ano;
- **Foram apurados novos dados para o pagamento de pensões para idosos e combatentes e mártires?** Vamos corrigi-los e contemplar todos os idosos e combatentes já, não ficaremos à espera do Orçamento para 2009;
- **Fomos surpreendidos com os acontecimentos dramáticos no princípio de Fevereiro, que obrigaram à recolocação de verbas em organismos do Estado para responder a essas necessidades?** Não vamos esperar pelo próximo ano para repor essas verbas, vamos permitir que estes órgãos governamentais cumpram os programas que estavam previstos, ainda em 2008;
- **Os preços dos alimentos e de outros produtos essenciais aumentaram significativamente a nível mundial, pondo em causa a estabilidade nacional?** Vamos responder imediatamente para não possibilitar que esses impactos tenham consequências desastrosas no nosso País;
- **Temos um aumento extraordinário nas receitas do petróleo em resultado dos preços do petróleo cada vez mais elevados?** Vamos utilizar essas receitas para aliviar a pobreza e os problemas sociais no imediato, enquanto implementamos, já em 2008, novas medidas para o crescimento económico.

Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O Orçamento de Estado rectificativo não é apenas um documento de aritmética e não pode ser concebido apenas com base em retornos económicos. Os retornos económicos e sociais resultantes da Paz e da Estabilidade Nacional são o melhor investimento que podemos continuar a fazer por agora.

Sim! Porque este foi o primeiro investimento que o nosso Governo se propôs a fazer. Passo pois a apresentar as “mais-valias” deste primeiro investimento, já que alguns deputados têm tido alguma dificuldade em acompanhar os progressos alcançados, necessitando assim de “garantias” em como este Governo tem capacidade para efectivamente colocar o País no rumo do desenvolvimento.

O exercício é simples: qual era a situação do País, exactamente há um ano atrás, ou seja, a 17 de Julho de 2007, comparando com a situação actual?

Tínhamos centenas de milhares de pessoas internamente deslocadas em campos, no centro de Díli, a viver em condições humanitárias graves. **Este ano, encerrámos 18 campos e 3.206 famílias regressaram a casa.**

Tínhamos um grupo de ex-F-FDTL (um terço das Forças Armadas), frustrados com as tomadas de decisão do Estado, que se colocaram à margem da sociedade por não terem tido resposta para as suas petições. **Este ano, e até ao final desta semana, pagaremos compensações económicas a todos estes peticionários que optaram – todos - por ingressar na vida civil, encerrando definitivamente este processo.**

Tínhamos uma situação inadmissível de não-alinhamento e desconfiança entre duas Instituições fundamentais para a segurança e estabilidade nacional, refiro-me à PNLT e F-FDTL. **Este ano, estas duas instituições trabalharam em conjunto para o bem da Nação, como verificado na actuação do Comando-Conjunto, iniciando uma nova etapa na história da relação entre estas Forças**, que inclui o desenvolvimento de novas acções de coordenação e cooperação, para a segurança e defesa nacional, como é o caso da Campanha de Recolha de Armas;

Tínhamos, inclusivamente, um grupo rebelde armado com bastante influência junto da população, que poderia vir a qualquer momento, acabando mesmo por fazê-lo, a ameaçar a soberania nacional. **Este ano, este grupo entregou-se, voluntariamente, às Forças do Comando-Conjunto e por consequência à Justiça.**

Os partidos que agora compõem o Governo da AMP percorreram o País “da ponta leste ao enclave” e a palavra de ordem que ouviram da população foi sempre a mesma: descontentamento! Falta de confiança nas Instituições do Estado.

E o sector privado? Completamente negligenciado e sem incentivos para colaborar com o Governo no processo de construção do País. E os investidores estrangeiros? Receosos de investir num País que não apresentava as mínimas condições de segurança, quer em termos físicos, quer em termos de legislação. E a produção interna para equilibrar a balança das importações? As receitas de exportação de bens não-petrolíferos são essenciais para o pagamento dos bens importados - o País dependente em grande parte da importação de bens essenciais – até esta data o nosso sector privado só tinha pessimismo para exportar.

Mas o mais chocante foi encontrar os nossos heróis nacionais, Combatentes da Libertação da Pátria, oito anos após o fim da guerra, sem o merecido reconhecimento e a viver em condições de extrema pobreza. Mas não só, até ao ano passado, antes de este Governo tomar posse, nunca se considerou seriamente o pagamento de pensões para os idosos.

Sem estes *catuas*, sem os combatentes, sem as viúvas e órfãos que se sacrificaram para a conquista da nossa Independência, não estaríamos aqui hoje a defender este Orçamento de Estado.

Acreditamos em medidas de justiça social, essenciais à estabilidade nacional, da mesma forma que acreditamos no investimento nas futuras gerações e por isso as nossas políticas são integradas: aliviar os mais carenciados no presente, mas com os olhos postos no crescimento económico para o futuro.

Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

Todos estes problemas que acabámos de elencar têm vindo a ser objecto de transformação por este Governo. Em onze meses os progressos alcançados são notáveis e estão à vista de todos. Cumprimos praticamente 100% das medidas aprovadas por este Parlamento Nacional para 2007 e estamos a acelerar o programado para 2008, pois nem os constrangimentos que surgiram no princípio deste ano nos demoveram do caminho traçado.

Não vos quero maçar com a descrição de todas as realizações deste Governo e por isso sugiro uma consulta aos relatórios que este Governo apresentou, relativamente às actividades realizadas.

Mas, podemos ilustrar ainda melhor o trabalho deste Governo. Vamos falar de números:

Relembro que o Orçamento para o período de transição só foi aprovado em 10 de Outubro de 2007, mas ainda assim, no tempo reduzido de dois meses e meio para implementação do orçamento, **a execução orçamental foi de 90,1%**. Este valor de execução é bastante elevado quando comparado com valores conseguidos em orçamentos anteriores.

Relativamente às elevadas obrigações no valor de \$119 milhões que o meu Governo herdou, contraídas pelos Governos anteriores e assumidas por este Governo, foram transportadas para o Orçamento de Transição, incluindo \$104 milhões de 2006-07 e \$15 milhões de anos anteriores.

Esse transporte foi quase três vezes superior ao transporte anterior, tendo chegado a representar quase um terço do rendimento sustentável. O IV Governo Constitucional considerou esta prática insustentável e tomou acções com vista a reduzir o transporte de dinheiros obrigados, de forma a serem mais facilmente geridos.

Este Governo conseguiu, com a aplicação de uma nova metodologia de gestão financeira e no âmbito da reforma do Ministério das Finanças de melhor gestão e transparência dos fundos públicos, reduzir o total inicial de 119 milhões para um total de 55.19 milhões. Concluindo, em **menos de três meses foram resolvidas 53% das obrigações transitadas**.

Relativamente ao ano de 2008, **executámos \$153 milhões dos \$348 milhões aprovados**. A execução orçamental é analisada a nível trimestral, por exemplo, a taxa padrão de execução orçamental para o primeiro trimestre é 25% e não 100%, os 100% servem de referência no final de 2008 e não para a análise do primeiro trimestre.

Assim, a taxa de execução orçamental, **à data de 16 de Julho**, é de **81%**. Se analisarmos apenas em termos de caixa, executámos \$111 milhões, ou 59 % em termos de taxa padrão.

Por favor não distorçam os números para deformar a opinião pública contra o desempenho do Governo, até porque o desempenho não se pode avaliar só em termos quantitativos.

Nos primeiros meses deste ano estivemos a preparar a implementação das medidas previstas para 2008 e claro, a implementar as reformas que caracterizam este Governo. Reformas nos Ministérios, reformas nos procedimentos, reformas legislativas, reformas de mentalidades.

E as reformas não se fazem de um dia para o outro. No entanto, a experiência de outros países sugerem que fortes reformas, um Governo empenhado, capaz e credível e novos sistemas e mecanismos – que levam algum tempo a evidenciar resultados – são a chave para o sucesso do crescimento sustentável. Estas reformas não são o objectivo último, são apenas um meio para atingir um fim, que é a melhoria das condições de vida de todos os timorenses.

Herdámos um aparelho governamental praticamente estagnado, analisámos os problemas e identificámos as lacunas mas, ao mesmo tempo, actuámos. A nossa máquina não pára! Um exemplo concreto são as avaliações efectuadas ao processo de aprovisionamento, às alfândegas e aos serviços fiscais - por entidades internacionais independentes - que identificaram os principais problemas no sistema, com implicações no desenvolvimento económico e social do País. As recomendações já estão a ser implementadas.

Estas reformas fundamentais são difíceis de quantificar em termos de execução orçamental. A melhoria dos processos para um investimento público mais eficiente, o reforço da capacitação do sector privado, o encerramento de projectos em *carry-over*, o encerramento de dívidas de Governos anteriores, as reformas no sector de defesa e de segurança que temos vindo a implementar, a produção de legislação fundamental que aprovámos, o desenvolvimento de mecanismos atractivos ao investimento estrangeiro – não são quantificáveis, mas vão estar na base do sucesso da execução do orçamento rectificativo no final deste ano.

Um exemplo concreto destas reformas é a taxa de percentagem da execução orçamental relativa às obrigações transportadas, que foi de 57%. Se considerarmos só as obrigações transportadas pelo IV Governo Constitucional, dos 40.560 milhões, desembolsámos 29.317 milhões, ou seja, **72% em seis meses!**

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Distintos Deputados,

Estes resultados demonstram a forma rígida como temos orientado o nosso trabalho e a forma decidida com que pretendemos criar as condições necessárias ao desenvolvimento económico. Não temos poderes sobrenaturais, não fazemos milagres, mas apenas em meses alcançamos resultados que não foram alcançados em anos.

Esta é a garantia que vos damos de que sabemos o que estamos a fazer e é por isso que vos peço a maior atenção para as medidas que vou apresentar de seguida.

Contudo, antes gostaria de fazer um pequeno aparte: este Governo tem vindo a ser criticado por não apresentar planos de acção detalhados e por ainda não ter concluído o 2º Plano de Desenvolvimento Nacional, que deveria orientar todos os passos deste Executivo.

Pois bem, os planos de acção são parte integrante dos documentos do Orçamento, o Plano de Desenvolvimento Nacional está a ser desenvolvido, o esboço do Relatório do estado da Nação já foi concluído. Mas, mais importante que os planos são as obras feitas e por isso é com orgulho que afirmamos que em menos de um ano, dos cinco que temos para levar a cabo a concretização das nossas linhas programáticas, já temos obra feita, cumprindo o Programa do Governo, o documento que guia a nossa actuação.

E já agora, dos vários planos produzidos anteriormente, incluindo o 1º Plano de Desenvolvimento Nacional, onde estão os resultados conseguidos? Onde estão os grandes projectos de capital de desenvolvimento executados, que agora nos acusam de não implementar? Onde estão as importantes obras de infra-estruturas já efectuadas, investimento público de Timor-Leste, resultantes desses magníficos planos?

Se observarmos com cuidado as medidas contempladas neste Orçamento Rectificativo, podemos concluir que não só estamos a desenvolver já algumas infra-estruturas, como estamos a preparar o ano de 2009, que será o Ano das Infra-Estruturas – infelizmente num País com tantos desafios e necessidades, não podemos fazer tudo ao mesmo tempo – e é por isso que as prioridades foram objecto de reflexão cuidada. Primeiro a consolidação da estabilidade nacional, pois sem esta não há espaço para o investimento. Segundo, o



investimento público, pois sem este não há espaço para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

Gostaria, agora, de chamar a atenção para alguns números deste Orçamento Rectificativo, que redireccionam o Governo para gastos em áreas-chave para o crescimento da economia, ao mesmo tempo que redistribui os benefícios deste crescimento a toda a população, incluindo os mais pobres e os das áreas rurais.

**\$31.9** milhões para o fornecimento de electricidade

**\$27.2** milhões para a agricultura e segurança alimentar

**\$20.5** milhões para investimento em infra-estruturas

**\$15.9** milhões para gastos com segurança

**\$10.3** milhões para saúde e educação

**\$5.7** milhões para formação e desenvolvimento de oportunidades

Este acréscimo de despesa vai:

- Pagar a **manutenção e o combustível dos geradores** para garantir o fornecimento de electricidade em todos os distritos, ao mesmo tempo que financia a primeira fase da construção de uma infra-estrutura para a produção e distribuição de electricidade a nível nacional, que irá resolver o problema da electricidade de forma definitiva. Por outro lado, o Governo irá conduzir um estudo para avaliar a disponibilidade de fontes de energias renováveis e alternativas, a longo-prazo, na Nação.
- Aumentar a **produção agrícola, conducente a uma maior segurança alimentar**, através da construção de Instalações Agrícolas e Centros de Manutenção Regionais, da melhoria dos sistemas de irrigação para aumentar a quantidade de terra arável e medidas de apoio aos agricultores para melhoria dos métodos e aumento da produtividade, ao mesmo tempo que prevê o aumento da capacidade de armazenamento de bens alimentares, através da construção de silos de armazenamento.

Este acréscimo de despesa vai ainda:

- **Melhorar as infra-estruturas**, nomeadamente a reabilitação de mais 200 km de estradas rurais, a concepção de projectos e obras de normalização das ribeiras e controlo de cheias, a construção de pontes, a reabilitação rodoviária em Díli e de acessos para peões, a manutenção do Aeroporto Internacional e do Ferry Berlim-Nakroma e a primeira fase da elaboração de um plano estratégico de infra-estruturas, já orientado para o ano de 2009.
- Permitir o **reforço da defesa e segurança** do País, através de uma série de iniciativas desde a instalação das F-FDTL no sector oeste do País, à criação de um Centro Integrado de Gestão de Crises, ao aumento da protecção civil e, ainda, equipar melhor as Forças. Vamos também proceder ao pagamento da primeira fase de construção de dois navios de patrulha costeira, incluindo a formação de timorenses. Sublinho a importância desta medida porque nunca, no passado, foram tomadas providências adequadas contra a “destruição” da nossa riqueza marítima que tem provocado prejuízos na ordem dos 36 milhões por ano. A pesca ilegal e a forma como o solo marítimo têm sido atacados nos últimos anos, põe em risco o *stock* de fauna marítima e destroem os nossos preciosos corais – é urgente combater eficazmente a pesca ilegal no nosso País, sob pena das futuras gerações não virem a poder usufruir destes recursos marítimos, fonte de riqueza e beleza para Timor-Leste.
- Reabilitar e finalizar a construção de **Escolas e Postos de Saúde** e outras instalações médicas, fornecimento de medicamentos e serviços para os hospitais, execução de políticas de melhoria da saúde materna e infantil, e a continuação do serviço de apoio nutricional a mães e bebés, anteriormente assegurado pelos parceiros de desenvolvimento. Na educação, para além da condução de um programa piloto de formação intensiva de professores, irá reforçar-se o programa de refeições escolares e melhorar o sistema de ensino através de descentralização de serviços e melhoria da inspecção escolar.

Finalmente, este acréscimo de despesa,

- Financiará uma série de actividades de **formação profissional e desenvolvimento de competências** e investimento no capital humano, de forma transversal, incluindo bolsas de estudo, formação linguística, reabilitação de centros de formação e a formação no estrangeiro que constituem oportunidades de ensino em áreas inexistentes em Timor-Leste – este é instrumento fundamental para o crescimento económico nacional.

Estas despesas que acabei de enumerar, sobretudo em capital de desenvolvimento e bens e serviços, são ainda um tímido mas, ao mesmo tempo, forte indício do que o Governo pretende apostar de futuro, ou seja o aumento do investimento publico em infra-estruturas, educação e saúde, o que irá estimular também o aumento do sector privado, pois está a criar condições para a emergência de novos negócios e indústrias, partindo do princípio que é mais fácil aceitar o risco de investimento numa sociedade em que se pode contar com os benefícios relacionados com trabalhadores mais capazes e educados, um sistema de saúde mais eficiente, melhores estradas, comunicações e acesso aos mercados e electricidade em que se pode confiar.

A despesa para **capital menor** vai aumentar em **\$14 milhões**, sobretudo para a compra de tractores e outras máquinas para apoiar os agricultores timorenses e para a compra de veículos multifuncionais para os centros de saúde.

Além disso, este rectificativo paga, ainda, com um aumento de **\$10.4 milhões**, na **categoria de salários e vencimentos**, um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário a todos os funcionários do Estado, suporta os profissionais no sector público, incluindo os magistrados, oficiais de saúde, docentes e outros técnicos superiores e continua a pagar os subsídios para os membros da PNLT e das F-FDTL.

Esta medida pretende reconhecer e melhorar o desempenho do sector público, sobretudo se tivermos em consideração que, desde o tempo da UNTAET, as posições não são revistas, ficando os funcionários da administração pública numa situação desprestigiante relativamente aos outros funcionários do sector privado e de agências internacionais que oferecem condições muito mais competitivas. No entanto, esta é considerada uma medida temporária, pois a reforma da administração pública em curso e a implementação de diplomas já aprovados, irá regularizar esta situação de forma permanente.

Por outro lado, o reconhecimento do trabalho prestado pelas nossas Forças de Segurança e Defesa, que desenvolvem actividades de grande risco e responsabilidade, são essenciais para a melhoria do seu desempenho, aumentando o profissionalismo destes elementos e minimizando os riscos de corrupção. Também esta é uma medida transitória, pois no âmbito da reforma do sector da defesa e segurança, estão previstas políticas reformadoras, incluindo já durante este ano o ajuste dos postos dos agentes da PNTL.

A despesa em **transferências públicas** vai aumentar em **\$48.1** milhões para um total de \$112 milhões, tendo em conta o aumento do número de beneficiários da pensão para Idosos, do valor de pagamentos de pensões para os Combatentes da Libertação Nacional, da assistência a deslocados internos, da assistência adicional aos Peticionários, um maior apoio à organização de competições desportivas em todo o País e o reforço do trabalho prioritário e do programa de “*cash for work*”.

Este Orçamento Rectificativo inclui, pela primeira vez, programas plurianuais. O desenvolvimento nacional requer paciência e planos horizontais de implementação a médio-longo prazo. A não compreensão desta necessidade, põe em causa o desenvolvimento do País. Nós não vamos hipotecar a qualidade dos projectos, porque não há flexibilidade para aprovar projectos que não são viáveis de serem implementados apenas no ano em discussão para o Orçamento. Este mecanismo está de acordo com a Lei e garante a transparência do processo.

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

A alteração do Orçamento de 2008 para **\$773.3 milhões**, representa um valor adicional de **\$185.6 milhões** que se destinam ao investimento no desenvolvimento económico e aos serviços gerais do Estado, os restantes **\$240 milhões** para o Fundo de Estabilização Económica, **são uma medida preventiva temporária**, para garantir a estabilidade nacional.

Esta medida tem a ver com o aumento dos preços a nível mundial de bens essenciais, o que não só torna os produtos mais caros, como aumenta também a dificuldade de abastecimento a nível do mercado internacional. Ao mesmo tempo que estamos a aumentar o investimento público em projectos de capital de desenvolvimento, deparamo-nos com dificuldade no

abastecimento de materiais de construção, sobretudo quando procurados individualmente pelo sector privado, precisando estes do apoio do Governo.

O aumento de despesa só é possível porque o **Fundo do Petróleo** continua a beneficiar dos recentes aumentos do preço do petróleo, o que significa que os rendimentos sustentáveis acresceram de forma correspondente, em poucos meses, para mais de \$100 milhões por ano.

A leitura internacional diz-nos que o preço do petróleo vai continuar a subir de forma exponencial mas, mesmo assim, temos vindo a projectar os rendimentos sustentáveis estimados de forma prudente e ao mesmo tempo a desenvolver uma estratégia de investimento e gestão do Fundo, que irá maximizar o valor total das receitas provenientes do sector petrolífero, através de uma nova carteira de opções de gastos e poupanças.

Não temos dúvidas que estamos a investir estes recursos de forma sensata e responsável garantindo, no presente, as necessidades de estabilidade social e investimento no desenvolvimento de infra-estruturas essenciais, mantendo intocáveis recursos suficientes para as futuras gerações. Não temos dúvidas que estamos a agir nos termos da Lei. Não temos dúvidas de que o Povo não espera menos do que isto do Governo.

Estamos a defender o interesse nacional e, à semelhança de países com casos de crescimento económico considerados “milagres”, estamos a transformar as receitas do petróleo em aumentos sustentáveis de rendimentos nacionais e a redistribuí-los por toda a população – **pior do que ter pobres num País rico, é ter ricos num País rico de maioria pobre.**

Não queremos deixar ninguém para trás! Reconheço que é um desafio gigantesco mas pelo menos não seremos acusados de não ter tentado. Este não é um Governo para alguns, é um Governo para todos e, por isso, não é nossa intenção que alguns melhorem as suas vidas, enquanto outros continuam com dificuldade em aceder ao emprego formal, ao acesso a bens essenciais e aos serviços públicos – por isso uma grande fatia deste dinheiro é para o desenvolvimento rural, para os idosos, para os veteranos e para os mais pobres e não apenas para investir em projectos infraestruturais de desenvolvimento, que calariam de imediato a oposição e os teóricos internacionais.

A verdadeira riqueza de Timor-Leste não é o petróleo mas a Dignidade! **A verdadeira riqueza do País não são os recursos naturais, mas sim os seus filhos: homens, mulheres e crianças**, que não lutaram por uma conta “choruda” no “banco central” mas pela Dignidade Timorense.

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

A taxa de inflação ao consumidor que foi de 9% em 2007, está a aumentar em 2008, estimando-se que esteja na ordem dos 10-12% durante este ano. Os preços dos alimentos a nível global têm vindo a aumentar rapidamente, tendo o preço do arroz triplicado apenas nos primeiros quatro meses deste ano.

A esta **crise alimentar mundial**, a que alguns chamam de “tsunami silencioso”, soma-se o aumento elevado dos preços dos combustíveis e dos materiais de construção. Timor-Leste depende da importação destes produtos para alimentar a população e para impulsionar o crescimento económico, mas os países produtores têm vindo a retrain a exportação dos produtos, inflacionando assim, ainda mais os seus preços.

Senhoras e senhores,

Estou convicto que não há a menor dúvida entre os presentes nesta “Casa Magna” do que isto poderá significar para uma Nação ainda tão frágil como é a nossa. Os distúrbios e manifestações que têm acontecido noutros países, onde a pobreza não é tão iminente como aqui, são um aviso que não podemos ignorar.

Os prejuízos que a insegurança alimentar poderão trazer ao nosso povo, não têm preço. E, reparem, não é só a estabilidade social que está em causa, qualquer tentativa de desenvolvimento nacional está, também, neste momento comprometida.

A fome representa maior vulnerabilidade a doenças como a malária e a tuberculose, endémicas no nosso País. A fome representa maior dificuldade de aprendizagem para as nossas crianças e hipoteca o desenvolvimento do capital humano. A fome indicia à violência e à instabilidade nacional.

Por outro lado, a escassez de combustível associado à falta de matérias de construção, impossibilitam o desenvolvimento de infra-estruturas que o Governo começou este ano e irá reforçar no próximo. Para um País que está a tentar sair da pobreza extrema, uma situação complexa como esta obriga a medidas extremas – e é por isso que incluímos o **Fundo de Estabilização Económica** nesta rectificação do Orçamento.

Temos os recursos para o financiar. Somos um Estado Soberano. Não faz sentido estar de “mão estendida” à espera da ajuda internacional, que demora a chegar, que poderá até nem chegar e, mais, esta ajuda poderá ser canalizada para os países onde a situação ainda é mais dramática do que a nossa. Existem países em África onde já estão crianças a morrer à fome e estes países não foram abençoados com os mesmos recursos que Timor-Leste. Esta opção é também uma questão de solidariedade internacional.

O Fundo de Estabilização Económica, que tanto ruído tem provocado, é um instrumento para o Governo monitorizar a pressão dos preços, mas não é o único. Para reduzir o aumento da inflação, iremos reduzir os direitos de importação e de imposto de vendas para os 2,5 % e do imposto sobre serviços para os 5%, como resultado da lei fiscal recentemente aprovada. Outras medidas, como o estabelecimento de uma unidade de fiscalização de preços no Ministério do Turismo, Comércio e Indústria e o aumento do diálogo com o sector privado e com outras associações, como cooperativas e associações de veteranos, servirão para garantir a adequada competição relativamente aos preços dos bens e serviços na economia.

Os estudos que temos vindo a realizar para aumentar a produtividade da agricultura e expandir a produção de bens essenciais, já demonstraram resultados e estamos na fase de lançar as sementes à terra para produzir a nossa própria segurança alimentar – mas claro, leva tempo, não esperem colher arroz suficiente, ainda durante este ano, para colmatar esta crise.

O Governo definiu os princípios orientadores para este Fundo, todavia os mecanismos usados para prevenir os futuros desafios, dependerão das situações específicas. Não é nossa intenção amarrarmo-nos a uma solução fixa mas, sim, com alguma flexibilidade, responder às necessidades prementes desta crise, à medida que estas forem surgindo.

Estes 240 milhões que vão retornar na sua maioria aos cofres do Estado, servem para combater factores incontornáveis ditados pela conjuntura internacional. São uma medida excepcional, que implica alguma flexibilidade legislativa e burocrática, mas que pode salvar o País, que se encontra no labirinto do pós-conflito, de uma derrapagem irreversível.

O Governo deixa, por isso, à consciência de cada um dos Distintos Deputados a decisão de aprovação ou não deste Fundo. Quando a situação apertar e as manifestações surgirem, será ao Governo que irá competir a tarefa de repor a ordem, esperemos que sem violência. No entanto, virei a este Parlamento Nacional reiterar: compramos a Paz e estabilizamos o País, ou destruímos a esperança da nossa jovem Nação?

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,  
Distintos Deputados  
Senhoras e Senhores,

As políticas subjacentes a este Orçamento Rectificativo promovem um crescimento económico sustentável, criando o ambiente propício a maiores níveis de investimento, de criação de emprego, de mobilidade de recursos, de protecção social, de equidade e de inclusão.

A capacidade de um Governo não se mede só pela capacidade deste seguir do princípio ao fim a linha traçada no início do ano, mas sobretudo pela sua capacidade de adaptação às novas circunstâncias e pela sua capacidade de transformar os desafios em oportunidades, com resultados práticos conducentes ao reforço da estabilidade e para viabilizar o desenvolvimento nacional.

Este Orçamento, mais do que rectificar o anteriormente aprovado, **vem colocar Timor-Leste numa posição mais estável e salvaguardar os direitos dos mais pobres e vulneráveis.**

Muito obrigado

Kay Rala Xanana Gusmão

18 de Julho de 2008